



ECPD92 CIIU KCA1219

Nonada: Letras em Revista

E-ISSN: 2176-9893

nonada@uniritter.edu.br

Laureate International Universities

Brasil

Fischer, Luís Augusto; Luft, Gabriela; Frizon, Marcelo; Leite, Guto; Lucena, Karina;
Vianna, Carla; Weller, Daniel

A Literatura no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Nonada: Letras em Revista, vol. 1, núm. 18, mayo-septiembre, 2012, pp. 111-126

Laureate International Universities

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512451672005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Literatura no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Literature in the Brazilian High School Examination (ENEM)

Luís Augusto Fischer; Gabriela Luft; Marcelo Frizon;
Guto Leite; Karina Lucena; Carla Vianna; Daniel Weller

RESUMO

Este artigo analisa as questões de Literatura presentes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) entre os anos de 1998 e 2010. O trabalho consistiu em perguntar que autores e livros de literatura são requisitados em questões de Literatura, de Língua, de Ciéncia Humanas, de Artes e de Humanidades. Em seguida, investigou-se que autores, períodos literários e gêneros são os mais recorrentes, para enfim perguntar qual o percentual de questões do Enem que prescindiam do estudo formal de Literatura na escola, o que acaba por se tornar um forte diagnóstico da prova e o sintoma de um futuro a ser combatido.

PALAVRAS-CHAVE

Literatura; Leitura; Ensino; ENEM.

ABSTRACT

This paper is an analysis of the Literature questions in the Brazilian High School Examination between the years of 1998 and 2010. The work consisted in surveying which authors and literature books of literature are required in the Literature, Language, Human Sciences, Arts, and Humanities questions. After that, the authors, literary periods and genres that were the most recurrent were identified so that we could then estimate the percentage of questions at Enem which demand a formal study of Literature at school, which ends up becoming a consistent diagnosis of the test and the symptom of a future to be avoided.

KEY WORDS

Literature; Reading; Teaching, ENEM.

|

Criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica, o Enem contava, inicialmente, com 63

questões, apresentadas sem as usuais divisões por disciplinas existentes nos vestibulares tradicionais. Em 2009 o exame foi reformulado, passando a ser utilizado como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja substituindo ou complementando o vestibular. Com essa mudança de exame avaliativo para exame seletivo, o MEC objetivava transformar o Enem num instrumento de democratização para o acesso às vagas federais de ensino superior, além de possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio.

Assim, desde 2009 a prova está dividida em quatro matrizes de referência, cada uma com 45 questões: “Matemática e suas Tecnologias”, “Ciências da Natureza e suas Tecnologias”, “Ciências Humanas e suas Tecnologias” e “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”, totalizando 180 questões. Segundo a própria divisão proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, a Literatura está inserida na prova de “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”, que conta, também, com questões de Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras (inglês ou espanhol), Tecnologias da Informação e da Comunicação, Linguagem Corporal e Arte.

Conforme a Matriz de Referência do exame¹, as 45 questões da prova de “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias” visam à avaliação de nove competências. Uma delas, a de número 5, objetiva “analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção” (2009, p. 03). Para que tal objetivo seja atingido, exige-se do aluno o desenvolvimento de três habilidades: estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político; relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário; e reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional. As questões de Literatura, mais especificamente, exigem o domínio dos seguintes “conteúdos”, expostos na página 16 do documento:

¹ Disponível para download em <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=310&id=13318&option=com_content&view=article>. Acesso em 14 de maio de 2012.

- relações entre produção literária e processo social, concepções artísticas, procedimentos de construção e recepção de textos - produção literária e processo social;
- processos de formação literária e de formação nacional;
- produção de textos literários, sua recepção e a constituição do patrimônio literário nacional;
- relações entre a dialética cosmopolitismo/localismo e a produção literária nacional;
- elementos de continuidade e ruptura entre os diversos momentos da literatura brasileira;
- associações entre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário em seus gêneros (épico/narrativo, lírico e dramático) e formas diversas;
- articulações entre os recursos expressivos e estruturais do texto literário e o processo social relacionado ao momento de sua produção;
- representação literária: natureza, função, organização e estrutura do texto literário;
- relações entre literatura, outras artes e outros saberes.

Ao se deparar com a exigência do domínio de tais conteúdos na prova, o candidato a ingressar no ensino superior brasileiro – em sua grande maioria recém saído do Ensino Médio – tende a pensar que sim, a Literatura está presente na prova. Contudo, ao ter acesso às questões das quinze provas do exame ocorridas até então, o estudante defronta-se com o oposto: os conteúdos arrolados na Matriz de Referência não se verificam na prática, apresentando, assim, caráter essencialmente figurativo.

Tradicionalmente, o que é cobrado no vestibular tende a ditar o programa de ensino das escolas, e o que não é cobrado acaba por desaparecer. Na medida em que cada vez mais as universidades estão substituindo seus tradicionais vestibulares pelo Enem², a tendência é que ele seja o novo paradigma a ditar os conteúdos a serem desenvolvidos no Ensino Médio.

² No Rio de Janeiro, por exemplo, a UFRJ e a UFF aderiram 100% ao Enem em 2012; no Rio Grande do Sul, a UFCSPA, desde 2009, a UFPEL, desde 2010, e a FURG, desde 2011, já utilizam a prova do E-nem como única forma de acesso ao ensino superior.

II

Com o intuito de investigar o que se exige na disciplina de Literatura da prova, um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)³ tentou identificar que sinais a prova do Enem transmite para o Ensino Médio em suas questões sobre literatura. Mesmo com o risco de serem pejorativamente tachados de “conteudistas” por defensores do exame, o grupo almejava descobrir o que de fato “cai” na prova, averiguando concretamente habilidades e competências mencionadas na filosofia do Enem. Analisaram-se, assim, todas as provas do Enem (de 1998 a 2010, incluindo a prova “vazada” de 2009), e todas as perguntas que envolviam literatura foram classificadas em cinco categorias:

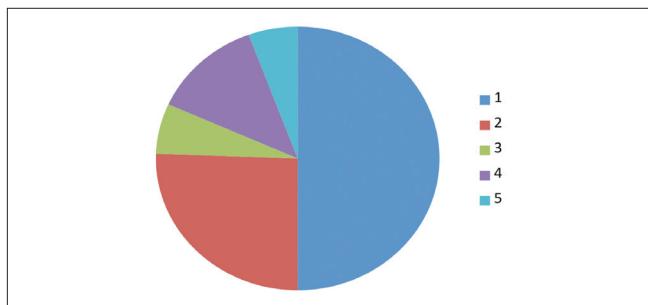
- 1) questões de literatura *stricto sensu* (história da literatura, análise formal do texto literário, interpretação do texto literário e figuras de linguagem, questões que são normalmente encontradas nas provas de literatura dos melhores vestibulares);
- 2) questões que relacionam língua e literatura (textos literários para reflexões linguísticas, gramaticais e funções da linguagem);
- 3) questões que abordam arte e literatura (relações entre literatura e outras linguagens artísticas, como artes plásticas, cinema, escultura, fotografia);
- 4) questões de literatura e humanidades (com enfoque nas relações entre literatura e história, geografia e outras disciplinas da área);
- 5) questões de literatura e ciências (literatura relacionada à biologia, matemática, física e outras ciências).

Assim, de um total de 1233 questões referentes a todas as provas do exame, foram encontradas 164 envolvendo literatura, das quais 50% puderam ser consideradas como pertencentes ao primeiro grupo, ou seja, questões de literatura *stricto sensu*. Vale esclarecer que por literatura foram considerados não apenas os textos literários tradicionais (contos, romances, poemas, etc.), mas também textos críticos, letras de canção, histórias em quadrinhos

³ A pesquisa, realizada em 2011 e liderada pelo prof. Dr. Luís Augusto Fischer, contou com a participação de Carla Vianna, Daniel Weller, Gabriela Luft, Guto Leite, Karina Lucena e Marcelo Frizon, todos então alunos do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

(HQs), entre outros. Ou seja, a literatura foi entendida como qualquer manifestação capaz de envolver fruição estética.

1	Stricto sensu	50%	6,4%
2	Língua	25,6%	3,3%
3	Arte	6,1%	0,8%
4	Humanidades	5,5%	1,7%
5	Ciências	5,6%	0,7%

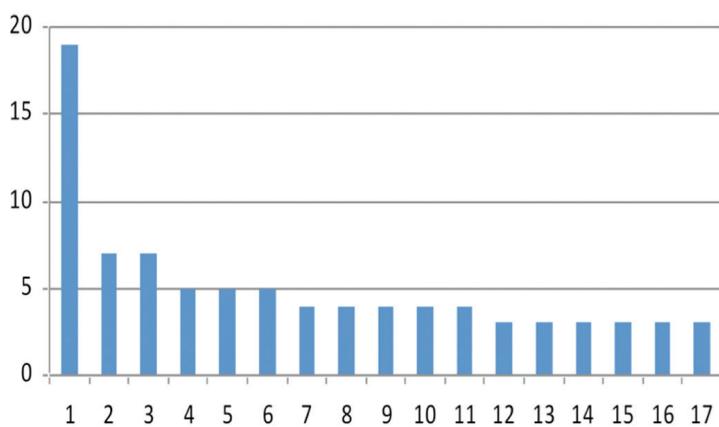


Analisando essas 164 questões, chegaram-se aos seguintes dados:

- Em média, o percentual de literatura na prova gira em torno de 13% das questões apresentadas. A exceção fica por conta de 2010, quando o percentual dessas questões caiu pela metade: de 12,2% em 2009 para 6,1%.

Ano da prova do Enem	Número de questões de Literatura	Percentual	Total de questões do Enem
1998	8	12,7%	63
1999	8	12,7%	63
2000	12	19,0%	63
2001	10	15,9%	63
2002	13	20,6%	63
2003	9	14,3%	63
2004	9	14,3%	63
2005	14	22,2%	63
2006	9	14,3%	63
2007	10	15,9%	63
2008	7	11,1%	63
2009	22	12,2%	180
2009 (“vazada”)	22	12,2%	180
2010	11	6,1%	180
Total = 164		Total = 1233	

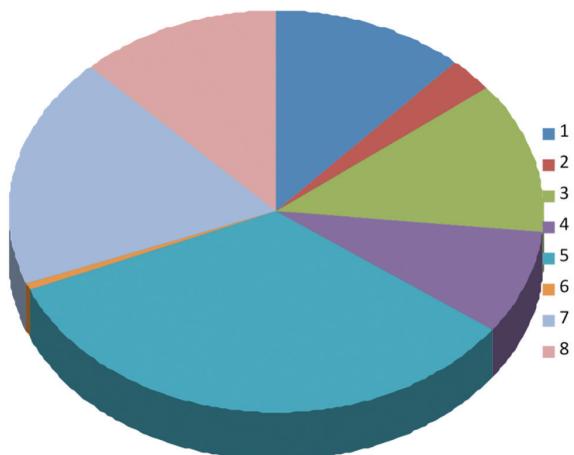
- Carlos Drummond de Andrade é o autor mais citado, com dezenove ocorrências, seguido por Machado de Assis e Manuel Bandeira, com sete aparições cada. Vale ressaltar que entre os dez primeiros da lista há três autores de HQs, como Quino (o autor de Mafalda aparece cinco vezes), Jim Davis (autor do Garfield, com quatro ocorrências) e Bob Thaves (autor de Frank e Ernest, também com quatro aparições). Embora sejam autores que costumam ser apresentados por professores de literatura a seus alunos e frequentemente exigidos nos vestibulares, Guimarães Rosa, Nelson Rodrigues e Álvares de Azevedo aparecem somente uma vez cada ao longo das quatorze provas.



1 Carlos Drummond de Andrade	7 Ferreira Gullar	13 João Cabral de Melo Neto
2 Machado de Assis	8 Jim Davis (Garfield)	14 Vinícius de Moraes
3 Manuel Bandeira	9 Rubem Braga	15 Chico Buarque de Hollanda
4 Mário de Andrade	10 Bob Thaves (Frank e Ernest)	16 Monteiro Lobato
5 Quino (Mafalda)	11 Dik Browne (Hagar)	17 Cândido Portinari
6 Oswald de Andrade	12 Graciliano Ramos	

- Poemas e letras de canção, somados, correspondem a 42% das questões de literatura, enquanto romance, conto e crônica somam juntos 26,7%, o que revela um peso maior para os gêneros líricos em comparação aos narrativos. Em contraste, as HQs, sozinhas, representam 19% da prova de literatura, mais do que todos os outros gêneros isoladamente, exceto a poesia.

Gênero literário	Ocorrências	Literatura	Geral
Romance	20	11,6%	1,6%
Conto	5	2,9%	0,4%
Crônica	21	12,2%	1,7%
Canção	14	8,1%	1,1%
Poesia	58	33,7%	4,7%
Drama	1	0,6%	0,1%
HQ	32	18,6%	2,6%
Crítica	21	12,2%	1,7%



- Em relação aos períodos literários presentes na prova, o Modernismo dos anos 1920 e 1930 é o que mais aparece, com 49 questões, o que corresponde a cerca de 30% do total. Os períodos literários anteriores a 1920 somam juntos 31 questões, representando cerca de 19% do total.

Classicismo	2
Literatura Informativa	2
Arcadismo	2
Romantismo – Poesia	6
Romantismo – Prosa	2
Romantismo – Total	8
Realismo	5
Naturalismo	1
Parnasianismo (incluso poesia de Machado)	3
Simbolismo	1
Final do século 19 / início do século 20 (Pré-Modernismo)	5

Modernismo – Poesia	41
Modernismo – Prosa	8
Modernismo – Total	49
Romance de 30	7
Anos 40/50	13
Anos 60/70	8
Canção	14
Crônica Contemporânea	18
Crítica	11
Romance contemporâneo estrangeiro (J. Gaarder)	1
Teatro estrangeiro (Shakespeare)	1
Literatura Infanto-Juvenil (Monteiro Lobato)	1
Poesia Portuguesa contemporânea	1
Ensaio estrangeiro (Montaigne)	1
Poesia Portuguesa virada do séc. 19 para o 20	5
Literatura Latino-Americana (Borges)	1
Literatura Grega (Resumo da Ilíada)	1

Em outro passo da pesquisa, investigaram-se quais questões, entre as que envolviam literatura, prescindiam do ensino dessa disciplina, ou seja, quais poderiam ser respondidas sem que o aluno tivesse assistido a uma única aula de literatura na vida. É aí, talvez, que resida o dado mais assustador revelado pela pesquisa: as aulas de literatura são dispensáveis para se responder a cerca de 80% das questões, as quais, em sua maioria, só exigem do aluno a interpretação direta de um texto, geralmente um poema; nada de relações históricas, entre autores ou períodos literários, de contextos estéticos, de traços de teoria literária, enfim, dos conteúdos arrolados na Matriz de Referência do exame.

Se for levado em consideração o poder normativo do Enem e o crescimento da importância deste exame para o Ensino Médio, pode-se praticamente antever a morte das aulas de literatura na escola (aulas em que se apresenta a tradição literária, ou pelo lado formal, ou pelo lado dos contextos históricos e estéticos, ou pelo lado da leitura da tradição literária em si, isto é, das linhagens de gênero e tema, os romances, os contos, a poesia épica, a literatura nacionalista, etc). Nos anos de 2000 e 2005, por exemplo, todas as questões envolvendo textos literários po-

diam ser respondidas sem que o aluno tivesse assistido a qualquer aula de literatura; em 2010, cuja prova já representa a “nova cara” do Enem, o mesmo ocorre com 92% das questões. Consequência: as escolas que se guiarem somente pelo Enem -e não serão poucas- estarão licenciadas a abolir as aulas de literatura, ou a criar programas de literatura que prescindam da leitura direta de textos literários.

Em sua edição mais recente, cujas provas foram aplicadas em outubro de 2011, a poesia reinou absoluta: das onze questões que podem ser enquadradas como envolvendo literatura, quatro apresentam poemas e outras três envolvem canção; duas outras questões envolvem dois grandes romances da literatura brasileira (*Grande Sertão: Veredas* e *O Cortiço*), porém suas resoluções prescindem de aulas de literatura; por fim, finalizando o rol das 11 questões, temos uma questão em que uma das alternativas cita o jesuíta Antônio Vieira, e outra que apresenta uma tirinha de Luis Fernando Verissimo. Contudo, visam a avaliar aspectos relativos à língua portuguesa, e não à literatura. Mais uma vez, o candidato a uma das milhares de vagas para o ensino superior brasileiro conseguiria facilmente responder a todas as questões sem nunca ter assistido a uma aula de literatura na vida.

III

Obviamente, as consequências desse panorama tendem a ser desastrosas. Muitas vezes, talvez na maioria das vezes, as aulas escolares de literatura são a única porta de entrada do aluno para todo o universo da cultura e da arte, em sentido amplo, no Ensino Médio. Por ela, pode-se entender o modo como homens e mulheres se incumbiram de criar, ao longo do tempo, poemas e histórias que dizem tanto de si quanto da época em que viveram, ajudando a explicar melhor a trajetória da humanidade. Se todas as disciplinas (incluindo a literatura) forem mensuradas por meio de uma mesma regra, corre-se o risco de tratar Luís de Camões, José de Alencar, Machado de Assis, Simões

Lopes Neto, Erico Verissimo ou Guimarães Rosa como tecnologias de entretenimento – que podem ser substituídas com a chegada de novas diversões – e não como os patrimônios culturais que são e aos quais todo cidadão tem direito. Parece comprovar-se, assim, o equívoco de Frederico e Osakabe, para os quais “[...] o direcionamento do Enem, que se documenta concretamente nas provas que vem propondo, parece demonstrar a possibilidade de se esperar mais do desenvolvimento do aluno nessa área” (2004, p. 73). Na realidade, temos a impressão de que se espera menos.

Seria interessante que cada área refizesse a mesma pergunta: o que o ENEM está impondo para o estudo de sua matéria no Ensino Médio? Na literatura, está claro que o estudante precisa demonstrar somente a habilidade de decodificar textos (nesse sentido, Drummond está na mesma posição de uma placa de ônibus, de uma letra de rap ou de um discurso político). Tal filosofia, aliás, vai ao encontro das orientações do MEC expostas nos PCN+: “Não se pode relevar a importância de suportes diversos do livro – cuja leitura é tão cobrada nas aulas de literatura – e se estendem à revista, ao jornal, à enciclopédia, ao *outdoor*, para citar apenas alguns. Somente como leitores de múltiplos textos os alunos desenvolverão a contento sua competência textual” (2002, p. 78). Contudo, conforme o escritor, crítico e professor universitário argentino Mempo Giardinelli, que há anos tem se dedicado ao fomento do livro e da leitura,

Nas últimas décadas, quando começaram a circular certas modas pedagógicas, também se produziu uma espécie de carnaval de leituras. [...] de repente, lentamente, tudo foi validado, se viveu uma descomedida invasão de títulos e autores, [...], e até se celebrou uma evidente e festejada desordem nas leituras porque – se dizia – “o que importa é ler” e então era melhor que cada um lesse e deixasse ler o que quisesse. “Tanto faz o que as pessoas leiam, desde que leiam,” parecia ser a senha. Mas essa “liberdade” nas escolas foi uma miragem. A ordem tradicional [...] se abriu a uma diversidade desordenada e caótica que, a julgar pelos resultados, não serviu para grande coisa. (GIARDINELLI, 2010, p. 99)

Assim, para os pedagogos e linguistas do MEC responsáveis pela prova que inclui, de algum modo, a literatura, não importa que o aluno reflita sobre os textos em sua dimensão estética ou que os entenda em sua historicidade, e isso é certamente uma perda. Nas escolas, preocupadas com suas notas na prova, também não será mais exigido que o aluno entenda e apreenda a literatura? E onde esse estudante entrará em contato com o patrimônio literário e cultural?

Por certo há críticas a fazer às aulas de literatura praticadas em toda parte, em especial aquelas que, a título de dar contexto histórico e mostrar relações sincrônicas de determinada obra ou autor, apenas e simplesmente enumeram supostas características de época ou geração, incidindo num enciclopedismo nefasto. Mas não é esse modelo de aula que estamos defendendo em nosso comentário; o que está em jogo é oferecer aulas de leitura, de explicações e comentários de texto, para proporcionar leitura proficiente. E não estamos supondo que apenas textos canonizados pela tradição didática e historiográfica devam compor o repertório das aulas: uma das maiores riquezas da literatura (ousamos dizer que da literatura brasileira em particular) é justamente sua variedade, sua capacidade há décadas comprovada de acolher a variedade da experiência social e lingüística brasileira – a literatura que deve ir para a sala de aula abrange clássicos como Vieira e Machado de Assis, ao lado de inconformados como Lima Barreto e Graciliano Ramos, de ousados formais como Oswald de Andrade e escritores de ouvido popular como Simões Lopes Neto e Guimarães Rosa, da mesma forma que deve acolher a canção popular e o teatro, a crônica de todos os tempos, a revolta de nossos dias, etc.

Em forma de tese, podemos afirmar: aquele desafio que a sociolinguística lançou ao ensino de língua materna, no sentido de que a escola deve acolher as variedades sociais e regionais do português brasileiro, aquele desafio já foi vencido – justamente pela literatura, concebida portanto não como um cânone estático, nem um repertório de velharias, mas como a voz já realizada formalmente das mais variadas experiências

humanas, individuais e coletivas. Por isso nos assusta a perspectiva terrível de que este modo redutor de conceber a literatura que vemos implicado nas provas do ENEM venha a gerar um monstro, a abolição das aulas de literatura.

Em “O direito à literatura”, conferência proferida em 1988 por Antonio Cândido, a literatura é situada no rol de “bens incompressíveis” (2004, p. 173), ou seja, aqueles que não podem ser negados a ninguém, ou por assegurarem a sobrevivência física em níveis decentes (alimentação, moradia, vestuário, saúde, etc.), ou por garantirem a integridade espiritual (o direito à opinião, ao lazer, à arte e à literatura). A literatura, diz o autor,

[...] corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar formas aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos. (CANDIDO, 2004, p. 186)

Ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia. Assim, a literatura corresponde a uma “necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito” (2004, p. 175). Para Cândido, assim como “não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade [...]” (2004, p. 175), tornando-o mais compreensivo para a natureza, a sociedade e o seu semelhante. Para Cândido, esses são os motivos pelos quais “nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de educação e instrução, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um

como equipamento intelectual e afetivo” (2004, p. 175). Como já referido, este texto de Cândido é de 1988. Em 2012, porém, vê-se a literatura saindo dos currículos. Se “cada época e cada cultura fixam os critérios de incompressibilidade” (2004, p. 173) e meios de “restringir ou ampliar a fruição deste bem humanizador” (2004, p. 186), pode-se afirmar que a sociedade brasileira, hoje, trata como se fossem compressíveis muitos bens que são incompressíveis, caso da literatura. Não se trata, contudo, de um fenômeno recente. Conforme Carlos Ceia, já na Idade Média houve tentativas de extermínio do literário:

É uma pena que este novo pedagogo não tenha nunca revisitado a Idade Média. Esta experiência de extermínio literário foi tentada pela escolástica. Na altura, o ensino da retórica venceu o ensino da literatura. A Idade Média não compreendeu que a retórica também pode servir o ensino da literatura e vice-versa. Precisamos de uma revolução renascentista para corrigir em parte o problema, como precisamos hoje que o espírito humanista renasça e ilumine de novo quem tem a responsabilidade de construir um currículo nacional. (CEIA, 2002)

O texto literário tem uma especificidade e um valor que devem ser preservados. Conforme Zilberman, “se é a literatura de ficção, na sua globalidade, que deflagra a experiência mais ampla da leitura, sua presença no âmbito do ensino provoca transformações radicais que, por isso mesmo, são imprescindíveis” (2009, p. 36). Atualmente, a infinidade de informações culturais em circulação – em sua maioria superficiais, indiferenciadas, veiculadas sem nenhum critério de seleção e recebidas de modo aleatório – não redundam em cultura, no alto sentido. É como um antídoto a essa indiferenciação generalizada da informação que o texto literário deve ser ensinado, estudado e estimulado. A grande obra literária é meio de conhecimento, de crítica do real e exercício da liberdade imaginativa, sem a qual a história é vivida como fatalidade. O acesso às obras dotadas desses valores e ao instrumental que permite a

sua melhor fruição é um direito ao qual corresponde um dever do professor e do crítico.

Ademais, deve-se atentar para o fato de que nações com maior desenvolvimento econômico e social exibem índice elevado de leitura de livros per capita. E, historicamente, o hábito de leitura precede o desenvolvimento em outros campos. A quantidade e a qualidade do investimento público no estímulo e apreço pelo livro e pela literatura é, pois, um tema político, em favor do qual a sociedade deve ser sensibilizada e mobilizada. Afinal, conforme Giardinelli, “[...] não existe pior violência cultural que o processo de embrutecimento que se gera quando não se lê. Uma sociedade que não cuida de seus leitores, que não cuida de seus livros e de seus meios, que não guarda sua memória impressa [...] é uma sociedade culturalmente suicida” (2010, p. 69).

Garantida a continuidade da literatura em sala de aula, por meio de alterações significativas nas diretrizes e avaliações oriundas do MEC, é outro o desafio que se impõe: “[...] mudar as formas de ensino da literatura. Se realmente queremos que os alunos sejam leitores, capaz de construir significados e inseri-los na trilha do pensamento próprio, autônomo, livre e audaz, é necessário mudar os planos de estudo e estimular mudanças nas atitudes dos docentes de língua e literatura [...]”. (GIARDINELLI, 2010, p. 123), as quais cabem ser analisadas em outro texto. Por ora, vale ressaltar que a fruição da arte e da literatura, em todas as modalidades e em todos os níveis, é um direito inalienável, que julgamos estar em perigo com esse modelo de abordagem à literatura praticado pelas provas do ENEM.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.

CEIA, Carlos. *A educação do professor de literatura*. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/Educacao/educacao_prof_lit.pdf> . Acesso em 13 de abril de 2012.

GIARDINELLI, Mempo. *Voltar a ler: propostas para construir uma nação de leitores*. São Paulo: Ed. Nacional, 2010.

OSAKABE, Haquira; FREDERICO, Enid Yatsuda. Literatura. Orientações curriculares do ensino médio. Brasília: MEC/ SEB/ DPPEM, 2004. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/68364818/03literatura-Frederico-e-Osakabe>> . Acesso em 16 de março de 2012.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: parte 2: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf> . Acesso em 19 de março de 2012.

ZILBERMAN, Regina. A escola e a leitura da literatura. In: _____; RÖSING, Tania M. K. *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009.

LUÍS AUGUSTO FISCHER

Professor de Literatura Brasileira do Instituto de Letras da UFRGS.

E-mail: fischerl@uol.com.br

GABRIELA LUFT

Doutoranda em Literatura Brasileira pela UFRGS e professora do IFRS.

MARCELO FRIZON

Doutorando em Literatura Brasileira pela UFRGS e professor do Ensino Médio.

GUTO LEITE

Doutorando em Literatura Brasileira pela UFRGS e professor temporário na UFRGS.

KARINA LUCENA

Doutora em Literaturas Estrangeiras Modernas pela UFRGS e professora do IFRS.

CARLA VIANNA

Doutoranda em Literatura Brasileira pela UFRGS e professora do IFSul.

DANIEL WELLER

Mestrando em Literatura Brasileira pela UFRGS e professor do Ensino Médio.

Recebido em 30/05/2012

Aceito em 15/06/2012

FISCHER, Luís Augusto; LUFT, Gabriela; FRIZON, Marcelo; LEITE, Guto; LUCENA, Karina; VIANNA, Carla; WELLER, Daniel. A Literatura no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). *Nonada Letras em Revista*. Porto Alegre, ano 15, n. 18, p. 111-126, 2012.